

Subeixo 1				
O Lugar da Vigilância em Saúde no SUS				
Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
1. Elaborar Projeto Intersetorial objetivando a redução de danos à saúde dos trabalhadores e da população local de acordo com a realidade dos municípios.	01		Estadual Nacional	Aprovada
2. Fortalecimento das equipes interdisciplinares com o intuito de melhorar a integração entre as vigilâncias.	01			Suprimida
3. Integração das vigilâncias (sanitária, epidemiológica, de saúde do trabalhador e saúde ambiental) com o objetivo de controlar determinantes, riscos e danos às populações que vivem em determinados territórios, garantindo a integralidade da atenção, o que inclui tanto a abordagem individual quanto a coletiva dos problemas de saúde, essencial ao desenvolvimento de ações de promoção, vigilância, proteção, prevenção e controle das doenças e agravos.	02		Estadual Nacional	Aprovada
4. Falta de recursos humanos capacitados, distribuição de recursos inadequada, sistema de informação ineficiente.	01			Suprimida
5. Criar equipe mínima efetiva e capacitada para que participe da gestão dos recursos para a vigilância em saúde, que valorize a importância da capacitação dos profissionais, melhorias no sistema de informações.	01	SIMILAR A S2 P4		Suprimida

6. Realização de ações preventivas interdisciplinares (em horários diferenciados) de acordo com a realidade de cada município, evidenciando a importância da saúde do trabalhador.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
7. Garantir a implementação e o fortalecimento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora visando a promoção e a saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrentes dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos	02		Nacional Estadual	Aprovada
8. Assegurar que a Vigilância em Saúde seja norteadora do modelo de atenção à saúde para a redução do risco de doenças e outros agravos e garantia da promoção, da proteção e da recuperação em saúde.	02		Nacional Estadual	Aprovada
9. Garantia de que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa, a exemplo do que aconteceu recentemente com a aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei que autoriza a produção, a comercialização e o consumo dos inibidores de apetite, alguns inclusive vetados na Europa e nos EUA.	02		Nacional	Suprimida
10. Fortalecer o papel regulador da ANVISA, garantindo que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela agência, proibindo que leis sejam aprovadas descumprindo essa premissa.	03			Suprimida

11. Garantir que as questões sanitárias continuem sendo reguladas pela ANVISA, proibindo que leis nas três esferas de governo sejam aprovadas descumprindo essa premissa.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
12. Fortalecer ações de efetiva articulação entre a vigilância em saúde e atenção básica como ordenadora do cuidado, fortalecendo a integração da Rede de Atenção à Saúde.	03	Garantir ações de efetiva articulação entre a vigilância em saúde e atenção básica como ordenadora do cuidado, fortalecendo a integração da Rede de Atenção à Saúde.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
13. Implantar a rede de atenção à saúde, consolidando a vigilância em saúde nas linhas de cuidado, e conferir maior enfoque aos agrupamentos de agravos e determinantes de saúde, identificando riscos sanitários e situações de vulnerabilidade.	04		Estadual Municipal	Aprovada
14. Implantar e implementar os protocolos que tenham a participação efetiva da vigilância em saúde integrando as ações de notificação, investigação, tratamento, com seguimento intersetorial.	04	Elaborar, implantar e implementar protocolos que tenham a participação efetiva da vigilância em saúde integrando as ações de notificação, investigação, tratamento, com seguimento intersetorial.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque

Subeixo 2				
Responsabilidades do Estado e dos Governos com a Vigilância em Saúde				
Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
15. Ações de acordo com o perfil epidemiológico e readequando os investimentos.	01			Suprimida
16. Fortalecer a participação da equipe de vigilância em saúde nos conselhos municipais.	01	SIMILAR S4P2		Suprimida
17. Fortalecer a participação técnica e social nos conselhos e capacitar os membros dos conselhos municipais da administração pública.	01	SIMILAR S4P2		Suprimida
18. Garantir a equipe mínima necessária (dois por vigilância) e utilizar os recursos que são destinados exclusivamente para as ações das vigilâncias, pois equipes não estão estruturadas adequadamente e falta responsabilidade pública por parte dos gestores.	01	D1: Garantir a equipe mínima necessária das vigilâncias que será: Municípios com até 20 mil habitantes – 2 profissionais por vigilância; municípios de 20 mil a 50 mil habitantes – 4 profissionais por vigilância; acima de 50 mil habitantes – de acordo com a demanda não inferior a 4, e utilizar os recursos que são destinados	Estadual Municipal	Aprovado o texto original

		<p>exclusivamente para as ações das vigilâncias, pois equipes não estão estruturadas adequadamente e falta responsabilidade pública por parte dos gestores.</p> <p>D2 Garantir a equipe mínima necessária, considerando o dimensionamento mínimo conforme os entes a serem fiscalizados, o tempo e periodicidade e especificidades das vigilâncias em saúde mediante estudo científico elaborado em cada vigilância, e utilizar os recursos que são destinados exclusivamente para as ações das vigilâncias, pois equipes não estão estruturadas adequadamente e falta responsabilidade pública por parte dos gestores.</p> <p>D3 Garantir a equipe mínima necessária para vigilância sanitária e utilizar os recursos que são destinados exclusivamente para as ações das vigilâncias, pois equipes não estão estruturadas adequadamente e falta responsabilidade pública por parte dos gestores.</p>		
19. Adoção de critérios técnicos apropriados para a seleção de gestores públicos, proibindo que a seleção considere apenas a indicação política (no mínimo ter formação em gestão e	02	Adoção de critérios técnicos apropriados para a seleção de gestores públicos, proibindo que a seleção considere apenas a indicação	Nacional Estadual	Aprovado o destaque

formação e experiência na área a ser gerida) para que as informações adequadas em saúde sejam utilizadas como subsídio para a tomada de decisões mais acertadas.		política (no mínimo ter formação em gestão e formação e/ou experiência na área a ser gerida) para que as informações adequadas em saúde sejam utilizadas como subsídio para a tomada de decisões mais acertadas.	Municipal	
20. Que o Estado possa garantir as condições mínimas (recursos humanos, materiais, financeiros, políticos) para que os trabalhadores possam desenvolver as ações e serviços de vigilância em saúde, com qualidade, de forma articulada e integrada com a rede de atenção à saúde e intersetorialmente.	02	Que o Estado possa garantir as condições necessárias (recursos humanos, materiais, financeiros, políticos) para que os trabalhadores possam desenvolver as ações e serviços de vigilância em saúde, com qualidade, de forma articulada e integrada com a rede de atenção à saúde e intersetorialmente.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
21. Responsabilização do Estado e dos governos pelas ações da VS, sendo proibida a adoção de modelos privatizantes e de terceirização dos serviços.	02		Nacional Estadual Municipal	Suprimida
22. Responsabilização do Estado e dos governos pelas ações da vigilância em saúde, sendo proibida a adoção de modelos privatizantes e de terceirização dos serviços.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
23. Incentivo financeiro e logístico por parte do governo para os agricultores produzirem alimentos orgânicos por meio da agricultura familiar, livre de agrotóxicos e não transgênicos, com a criação de aparatos legais que regulamentem essa situação.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

24. Garantir investimento e custeio de forma a possibilitar as ações de Vigilância em Saúde, com prioridade para proteção e promoção de saúde, por parte das três esferas de governo.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
25. Fortalecer ações de orientação e fiscalização em Saúde do Trabalhador, garantindo recursos materiais, financeiros e humanos para o efetivo cumprimento da legislação vigente.	03	Garantir ações de orientação e fiscalização em Saúde do Trabalhador, garantindo recursos materiais, financeiros e humanos para o efetivo cumprimento da legislação vigente.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
26. Política pública de saúde voltada ao bem-estar animal, prevendo castrações, vacinação, microchipagem, posse responsável e punições a maus tratos. (obs.: justificado por se tratar de problema de saúde pública devido aos acidentes de trânsito causados por animais, transmissão de zoonoses e aumento de mordedura canina. Ausência de controle de criadores de animais domésticos com fins comerciais).	03	D1 Implantar e implementar política pública de saúde voltada ao bem-estar animal, prevendo castrações, vacinação, microchipagem, posse responsável e punições a maus tratos, incluindo a fiscalização dos criadouros. (obs.: justificado por se tratar de problema de saúde pública devido aos acidentes de trânsito causados por animais, transmissão de zoonoses e aumento de mordedura canina. Ausência de controle de criadores de animais domésticos com fins comerciais, entre outros). D2 Implantar e implementar política pública de saúde voltada ao bem-estar animal, prevendo castrações, vacinação, microchipagem, posse responsável e	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque 1

		punições a maus tratos.		
27. Criação de Lei Estadual que contemple financeiramente o regime de dedicação exclusiva a que estão expostos os fiscais da Vigilância Sanitária.	03	Criação de Lei que contemple financeiramente o regime de dedicação exclusiva a que estão expostos os fiscais da Vigilância Sanitária.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
28. Responsabilizar o estado em absorver as demandas judiciais que seus agentes venham a sofrer no exercício da função.	04	Responsabilizar os entes públicos em absorver as demandas judiciais que seus agentes venham a sofrer no exercício da função.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
29. Revogar a EC95, permitindo que a destinação dos recursos para investimentos públicos considere a progressão do PIB, o avanço da economia, a inflação e a exploração do pré-sal.	04		Nacional	Aprovada
30. Priorizar a aquisição de insumos para a saúde de fabricação nacional seguindo a legislação vigente	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

Subeixo 3

Saberes, Práticas, Processos de Trabalhos e Tecnologias na Vigilância em Saúde

Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
------------------------------	----	---------------	-------------	------------------

31. Realizar ações que fortaleçam a integração de todas as vigilâncias a partir dos problemas identificados em cada território.	01	Realizar ações que garantam a integração de todas as vigilâncias a partir dos problemas identificados em cada território.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
32. Apresentar a população resultados positivos e efetivos, quando ações intersetoriais são realizadas, aumentar o material de divulgação das campanhas de vacinas e melhorar o planejamento do fluxo de informação.	01	<p>D1 Divulgar à população informações sobre as ações intersetoriais realizadas, aumentar o material de divulgação das campanhas de vacinas e melhorar o planejamento do fluxo de informação.</p> <p>D2 Divulgar à população informações sobre as ações intersetoriais realizadas, aumentar o material de divulgação das campanhas de controle de endemias e melhorar o planejamento do fluxo de informação.</p> <p>D3 Apresentar a população resultados positivos e efetivos quando ações intersetoriais são realizadas, garantindo que o material de divulgação das campanhas de vacinação cheguem em tempo hábil e melhorar o planejamento do fluxo de informação.</p> <p>D4 Divulgar as campanhas de vacinação com antecedência, com distribuição de material em tempo hábil para planejamento e</p>	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque 4

		execução das ações nos municípios.		
33. Intensificar as ações educativas preventivas, organizar material didático para trabalhar nas escolas e indústrias e envolver as várias entidades municipais.	01		Municipal	Aprovada
34. Realizar educação permanente por uma equipe interdisciplinar, principalmente durante a gestação e os primeiros anos de vida, mantendo a merenda balanceada nas escolas e seguindo os dez passos da alimentação saudável. Incentivar a prática de atividade física através da academia de saúde.	01	D1 Realizar ações de controle com foco na obesidade infanto-juvenil, fortalecendo ações de educação permanente com política nutricional e condicionamento físico em idade escolar.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
35. Aprimorar a comunicação com a população para promover a alimentação saudável como forma de reduzir problemas de saúde, bem como desenvolver projetos educativos junto aos agricultores e nas escolas para reduzir o uso de agrotóxicos.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
36. Adoção de um modelo de controle de vetores transmissores de doenças que não necessite utilizar agrotóxicos, que seja apoiado sobre as causas que geram a proliferação dos vetores, articulando políticas públicas de saneamento e infraestrutura e que possibilite o protagonismo da sociedade	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

para identificar intervenções sustentadas.				
37. Conceber um modelo que atue sobre as causas que geram a proliferação dos vetores, que articulem políticas públicas de saneamento e infraestrutura e que possibilite protagonismo à sociedade para identificar intervenções sustentáveis.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
38. Fortalecer as estratégias para redução da subnotificação das doenças e agravos e monitorar a qualidade das bases de dados de vigilância em saúde.	02	Garantir mecanismos e estratégias para redução da subnotificação das doenças e agravos e monitorar a qualidade das bases de dados de vigilância em saúde.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a proposta original
39. Adoção de modelos de educação permanente que utilizem metodologias ativas e inovadoras de ensino-aprendizagem para os trabalhadores envolvidos com vigilância em saúde.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovação
40. Garantir que os agravos mentais passem a ser objeto central de atenção e ação da vigilância em saúde, em consonância com o fortalecimento da rede de atenção psicossocial, no contexto da Política Nacional de Saúde Mental.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
41. Priorizar promoção e proteção em saúde, por meio de programas educacionais intersetoriais voltados para o exercício da cidadania, utilizando metodologias ativas/aprendizagem significativa e, estimulando a formação crítica dos diversos atores sociais, especialmente nas escolas	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

e comunidades.				
42. Fortalecer e Efetivar a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, (CIES, residências, capacitações)	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
43. Criação de critérios técnicos (formação e/ou experiência no SUS) apropriados para a seleção de gestores públicos de saúde, contrapondo que a seleção considere apenas a indicação política.	03			Suprimida
44. Produção de material informativo didático (áudio, vídeo e outras mídias) sobre todos os componentes de vigilância em saúde para população.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
45. Promover ações voltadas aos cuidados em saúde mental, visando qualificar a escuta das demandas, incentivando a criação de centros de convivência com atividades diversas tais como práticas esportivas, atividades físicas, grupos de auto-ajuda, grupos terapêuticos, etc.	03	D1 Inserir-se nas ações voltadas aos cuidados em saúde mental, visando qualificar a escuta das demandas, conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde Mental.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
46. Lutar para que seja revogado o decreto presidencial de maio/2017 que libera a educação a distância para cursos de graduação na área da saúde, contrariando a RESOLUÇÃO Nº 155, de 07 de outubro de 2016, do CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.	04	Revogar o decreto presidencial de maio/2017 que libera a educação a distância para cursos de graduação na área da saúde, contrariando a RESOLUÇÃO Nº 155, de 07 de outubro de 2016, do CONSELHO NACIONAL DE	Nacional	Aprovado o destaque

		SAÚDE.		
47. Implementar a política Nacional de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, visando à promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos, garantindo que os recursos do CEREST não sejam usados para custear folha de pagamento.	04		Estadual Nacional	Aprovada
48. Ampliar as fiscalizações das ações de vigilância sanitária voltadas para as questões de saúde do trabalhador que permitam promover e proteger adequadamente a saúde dos trabalhadores e reduzir a morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
49. Adoção e financiamento de modelos de educação permanente que utilizem metodologias ativas e inovadoras de ensino-aprendizagem para os trabalhadores envolvidos com vigilância em saúde.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

Subeixo 4				
Vigilância em Saúde Participativa e Democrática para Enfrentamento das Iniquidades Sociais em Saúde				
Propostas procedentes dos GT	GT	Redação final	Abrangência	Análise plenária
50. Construir sistemas alternativos de baixo custo contemplando localidades vulneráveis, melhorando a cobertura de saneamento básico.	01	D1 Garantir a participação na construção da melhoria da cobertura do saneamento básico incentivando a implantação de sistemas alternativos de baixo custo contemplando localidades vulneráveis.	Municipal Estadual	Aprovada a original
51. Fortalecer a participação técnica e social nos conselhos e capacitar os membros dos conselhos municipais da administração pública. Apresentar os indicadores da situação de saúde nos conselhos.	01	Similar S2P2 e P3	Nacional Estadual Municipal	Aprovada
52. Criar uma equipe interdisciplinar para fortalecer os programas já existentes seguindo os protocolos do Ministério da Saúde, contemplando a promoção a saúde em diferentes faixas etárias.	01			Suprimida
53. Sensibilizar e fortalecer os gestores municipais a participarem do Projeto Educanvisa. Disseminar campanhas publicitárias que tratem da importância das ações em vigilância.	01		Municipal	Aprovada

54. Criar uma gestão compartilhada intersetorial garantindo a participação popular baseada nas reais necessidades sociais.	01			Suprimida
55. Criar mecanismos de educação permanente focando as temáticas de vigilância em saúde para o controle social.	01		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
56. Melhorar a integração das ações das vigilâncias e dos sistemas de informações. Realizar parcerias com as mídias locais.	01	Melhorar a integração das ações das vigilâncias e dos sistemas de informações.	Nacional Estadual Municipal	Aprovada a proposta original
57. Promoção de educação permanente para o controle social para permitir que os conselheiros atuem de modo a cumprir com as suas funções adequadamente e compreendam a importância da vigilância em saúde.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
58. Publicizar as ações dos conselhos de saúde como uma forma de estimular a participação da população no controle social.	02		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
59. Orientação da Vigilância em Saúde de forma universal, integrada, participativa e territorial, tendo como protagonistas a sociedade e os trabalhadores da vigilância.	02	Garantir que a VS seja orientada pelos princípios da universalidade, integralidade, com a participação social e de forma territorializada, tendo como protagonistas a sociedade e os trabalhadores da vigilância.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque

60. Aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais.	02	Aprimorar os canais de comunicação com a sociedade para que esta perceba a importância da vigilância em saúde na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais.	Nacional Estadual Municipal	Aprovado o destaque
61. Aproveitar os espaços de encontros/reuniões sociais já existentes nas comunidades (igrejas, clubes e grupos culturais, idosos, APP's, etc), buscando resgatar o debate com a comunidade sobre saúde e instrumentos de gestão do SUS, resgatando a participação social.	03		Municipal	Aprovada
62. Incentivar a elaboração e publicização de materiais audiovisuais para educação e incentivo à participação popular nos temas da vigilância em saúde, utilizando as ferramentas do Telessaúde.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
63. Realização de auditoria cidadã da dívida pública.	03		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
64. Aprimoramento dos canais de comunicação com a sociedade, nos três níveis de governo, para divulgação das ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde por meio da criação de lei federal obrigando que os canais de comunicação públicos e privados disponibilizem espaços	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada

gratuitos no âmbito da vigilância em saúde.				
65. Estimular a interação da vigilância em saúde em consonância com a atenção básica, na vida de cada cidadão e participe ativamente e de forma democrática na definição de ações e estratégias para o enfrentamento das iniquidades sociais.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
66. Melhorar os sistemas de informação e websites institucionais para facilitar a interação com o cidadão (ouvidorias, chats ou fale conosco).	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
67. Adequar o modelo de vigilância em saúde para que os profissionais que nela atuam desenvolvam diagnósticos visando identificar e superar as iniquidades.	04		Nacional Estadual Municipal	Aprovada
68. Viabilizar, através das secretarias municipais e estaduais de saúde, os processos de educação permanente para o controle social contemplando a temática da vigilância em saúde e, dessa forma, promover a participação popular.	04		Municipal Estadual	Aprovada